



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## ANEXO I-A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

O presente documento apresenta a necessidade de Registro de preços para futura e eventual aquisição de **materiais de construção** para atendimento das demandas do Município de São Geraldo/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da Portaria Municipal nº 31/2023)

A presente solicitação de Registro de Preços visa atender à demanda contínua e variável por material de construção por parte das diversas secretarias e setores do Município de São Geraldo/MG, especialmente aqueles voltados à manutenção e construção de novos prédios públicos, bem como quaisquer outras necessidades que requeiram o fornecimento regular desses itens.

A adoção do sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de garantir agilidade, economicidade e eficiência nas aquisições públicas, possibilitando a contratação futura e eventual de fornecedores conforme a real necessidade e disponibilidade orçamentária do município, evitando a realização de múltiplos processos licitatórios para cada aquisição.

Além disso, as flutuações de consumo ao longo do ano e a importância de assegurar o fornecimento contínuo e de qualidade aos cidadãos demandam uma solução flexível e previsível. Dessa forma, o Registro de Preços permitirá melhor planejamento das compras, maior controle dos estoques e atendimento célere às necessidades dos serviços públicos essenciais.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da Portaria Municipal nº 31/2023)

Embora o município de São Geraldo ainda não tenha consolidado o seu Plano de Contratações Anual (PAC), a aquisição de materiais de construção encontra-se alinhada ao planejamento do Município de São Geraldo, tendo em vista que a aquisição desses é necessária para o funcionamento das secretarias, tendo, assim, previsão orçamentária para sua realização.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da Portaria Municipal nº 31/2023).

Os produtos deverão ser entregues em condições seguras de utilização, bem como deverão observar as normas técnicas brasileiras e os padrões de qualidade dos órgãos reguladores, respeitando-se





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



rigorosamente o prazo de entrega estabelecido, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sanção e deverão estar dentro do prazo de validade.

Outro requisito, consiste nas condições de habilitação jurídica, econômico-financeira, fiscal e trabalhista, além da comprovação da capacidade técnica da empresa estar devidamente regularizada e de acordo com as condições de entrega dos bens.

Os produtos deverão ser entregues em condições seguras de consumo, apresentando suas características físicas, mecânicas, químicas e tecnológicas adequadas conforme especificação (densidade, porosidade, absorção de água, cor, textura, resistência à tração e flexão, inflamabilidade e tempo de cura e secagem).

## 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da Portaria Municipal nº 31/2023).

Para as estimativas das quantidades foram baseadas conforme o gasto do ano anterior (2024) e necessidades de cada secretaria que fizeram seus respectivos levantamentos.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da Portaria Municipal nº 31/2023)

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a aquisição dos gêneros objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

## 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da Portaria Municipal nº 31/2023).

O valor estimado para a compra de materiais de construção se deu com base no levantamento de pesquisas de preços em mercados e banco de preços, estando o valor da pesquisa compatível com os





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



preços praticados nos mercados. Essa pesquisa foi realizada nos termos do art.23, IV da lei federal 14.133/2021. A pesquisa de mercado está em anexo a este estudo.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da Portaria Municipal nº 31/2023).

A solução proposta consiste na implementação de um Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de construção, visando atender às necessidades das diversas unidades administrativas do Município de São Geraldo/MG. O processo permitirá a seleção de fornecedores aptos a fornecer os produtos descritos no Termo de Referência, conforme demanda, qualidade exigida e prazos estabelecidos.

A execução desta solução proporcionará uma ferramenta de gestão eficiente das compras públicas, garantindo economicidade, padronização dos itens, agilidade nos atendimentos e conformidade com a legislação vigente. A contratação será feita de forma escalonada, de acordo com as requisições das secretarias envolvidas, otimizando o uso dos recursos públicos e reduzindo o desperdício.

Os materiais de construção a serem adquiridos abrangem itens de consumo frequente indispensáveis ao funcionamento de programas e serviços públicos.

A adoção desta medida visa assegurar o abastecimento contínuo, com qualidade e regularidade, fortalecendo a prestação de serviços essenciais à população e contribuindo para a efetividade das políticas públicas do município.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

No caso em tela, após análise técnica e administrativa do objeto da presente contratação, verifica-se que não é viável o parcelamento do objeto de contratação, conforme os fundamentos:

1. Uma única unidade de fornecimento e logística: a contratação de um único fornecedor é essencial para garantir a padronização dos materiais e a entrega unificada, evitando divergências de qualidade, atrasos na entrega e aumentos dos custos operacionais com a gestão de múltiplos contratos e fornecedores.
2. Compatibilidade técnica entre os itens: os itens são complementares entre si e possuem a mesma natureza (materiais minerais).
3. Economia de escala: a aquisição dos itens em lote único possibilita melhor negociação de preços, devido ao volume da compra, gerando ganhos econômicos à Administração Pública Municipal.
4. Racionalização administrativa: a gestão de um contrato único reduz significativamente o tempo e os custos com fiscalização, gestão contratual e acompanhamento das entregas, promovendo eficiência na execução do contrato e no uso dos recursos humanos e materiais da Administração.

Considerando as especificidades do presente objeto, a demanda não será parcelada, com vistas a propiciar as condições já evidenciadas neste estudo. Ressalta-se ainda que é usual do Município o não parcelamento de materiais da mesma natureza, como itens de material mineral, como o último





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



realizado nesta Administração (Processo Administrativo nº 011/2024), justificando a manutenção do objeto de forma unificada.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da Portaria Municipal nº 31/2023)

Com a implantação do Registro de Preços para a aquisição futura e eventual de material de construção, o Município de São Geraldo/MG pretende alcançar uma série de resultados que contribuam para a melhoria da gestão pública e o atendimento eficiente das demandas da população. Espera-se, primeiramente, a melhoria na eficiência das aquisições públicas, com a redução do tempo entre a identificação da necessidade e o fornecimento efetivo dos produtos, garantindo maior agilidade e previsibilidade no atendimento às unidades administrativas.

Outro resultado esperado é a otimização dos recursos públicos, uma vez que o sistema de Registro de Preços permite que as aquisições sejam feitas conforme a real necessidade, evitando desperdícios, excesso de estoque e contratações emergenciais, promovendo assim uma gestão orçamentária mais eficiente. Também se pretende garantir a qualidade dos produtos adquiridos, por meio de critérios técnicos rigorosos na seleção dos fornecedores, assegurando que os materiais de construção sejam entregues em condições adequadas de uso/aplicação, transporte e armazenamento.

Adicionalmente, o município visa aprimorar o controle e a transparência nas compras públicas, por meio da padronização de preços, fornecedores e condições de fornecimento, o que facilitará a fiscalização e aumentará a confiabilidade dos processos licitatórios. Por fim, almeja-se o fortalecimento da gestão pública municipal, com a modernização dos procedimentos de aquisição e a adoção de práticas mais responsáveis, econômicas e eficazes, sempre em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público e demais princípios positivados na lei federal 14.133/2021.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da Portaria Municipal nº 31/2023).

Para fins de melhorias quanto ao alcance do objetivo pretendido, os materiais adquiridos serão recebidos e acondicionados de forma a manter a sua qualidade até que sejam efetivamente utilizados, quanto à forma correta de manuseio e armazenamento.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Para que a contratação seja bem sucedida, faz-se necessária que a aquisição dos materiais ocorra de forma a garantir o regular andamento dos setores. A contratação não possui contratações correlatas/interdependentes nesta ocasião.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da Portaria Municipal nº 31/2023)

A aquisição de materiais de construção, embora essencial para o atendimento das demandas públicas, pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos que devem ser considerados e, sempre que possível, minimizados. Entre os principais impactos potenciais, destaca-se a geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens plásticas, papéis, caixas e outros materiais descartáveis utilizados no acondicionamento, transporte e armazenamento dos produtos. O manejo inadequado desses resíduos pode contribuir para a poluição do solo e da água, além de representar riscos à saúde pública. Outro aspecto ambiental relevante diz respeito ao transporte dos materiais, que, dependendo da logística empregada e da distância entre fornecedores e unidades consumidoras, pode resultar na emissão de gases poluentes e no aumento da pegada de carbono associada ao consumo público. Diante disso, recomenda-se que os fornecedores adotem boas práticas ambientais, como o uso de embalagens recicláveis ou retornáveis, a adoção de logística eficiente e a procedência de produtos com certificações ou práticas de cultivo sustentáveis. A inclusão de critérios socioambientais no processo licitatório pode contribuir para a redução dos impactos negativos ao meio ambiente, alinhando a gestão pública às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

### 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da Portaria Municipal nº 31/2023)

Diante do exposto, a contratação da solução pretendida se mostra dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 27 de junho de 2025.

---

Hermes Carlos Marques  
Requisitante/Gestor – Divisão de Obras e Infraestrutura